

DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

Mário Magalhães da Silveira, sanitarista, intelectual: pensamento e ação política

Mario Magalhães da Silveira, sanitarian, intellectual: his thought and political action

Maria Terezinha Bretas Vilarino¹

Resumo: O presente texto apresenta aspectos da trajetória do médico brasileiro Mário Magalhães da Silveira, a partir da problemática da História Intelectual. A intenção do trabalho, a começar dos elementos de análise propostos por Sirinelli – trajetória, geração e estruturas de sociabilidade – e das posições de Edward Said e Carlos Altamirano, é dar distinção ao percurso intelectual do sanitarista, reconhecido por sua disposição em defesa da saúde pública. O médico sanitarista destaca-se por questionar a perspectiva campanhista e a influência americana nos projetos para saúde pública brasileira das décadas de 1940 e 1950. Sua concepção está pautada no acolhimento de distinto projeto para a saúde pública brasileira, fundado na concepção nacional-desenvolvimentista.

Palavras-chave: Saúde pública; Trajetória intelectual; Desenvolvimentismo.

Abstract: The life path and works of the Brazilian physician Mario Magalhães da Silveira, from the theoretical view of the Intellectual History problematic is the issue in this essay. The purpose of this article is grounded on Sirinelli's elements of analysis – for instance: trajectory, generation and structures of sociability – and the Edward Said and Carlos Altamirano suggestions. This said, we had in mind highlight the intellectual path of this sanitarian known for its willingness to defend governmental intervention on health. The public health physician Silveira stands out for disagreeing against the campaign way of actions and the American influence on Brazilian public health projects in the 1940s and 1950s. His point of view starts form the proposal of a different project for Brazilian public health, grounded on the national-developmental perspective.

Keywords: Public health; Intellectual path; Developmentalism.

¹ Doutorado em História/UFMG. Professora no Mestrado Interdisciplinar em Gestão Integrada do Território (GIT), na Universidade Vale do Rio Doce/Univale. E-mail: tevilarino@yahoo.com.br. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-2093-5159>



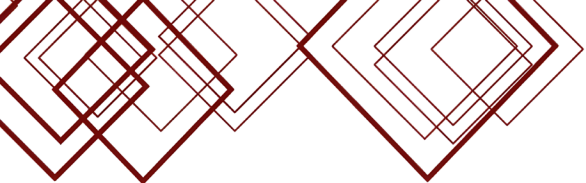
Problemática de pesquisa em História Intelectual e/ou dos intelectuais

A emergência da história intelectual como campo transdisciplinar de estudos, nos anos 1980 e 1990, está ligada às mudanças de paradigmas que (re)nortearam as ciências sociais e que instituíram novas perspectivas de análise. Seu advento se fez em cruzamento e/ou em justaposição com a história cultural, a história política e a história social, considerando que são imbricadas as suas fronteiras conceituais. Atualmente, no Brasil, grupos de pesquisa em história intelectual são atuantes na UFMG, PUC-RJ, USP, entre outras universidades.

Na perspectiva de François Dosse (2003, p. 11, tradução livre), uma história intelectual implica “(...) levar em consideração obras, percursos, itinerários, para além das fronteiras disciplinares” para compreender sua historicidade. Nesse sentido, e paralelamente, inaugura-se uma “história dos intelectuais”, que ao tomá-los propriamente como objeto de estudo, pretende compreendê-los como homens de seu tempo, colocando em consonância autores, obras e contextos. Como sugere Bloch (2001, p. 79), “tudo o que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo o que toca pode e deve informar sobre ele”.

573

Jean-François Sirinelli (1996, p. 242-243) pressupõe duas concepções sobre intelectuais. A primeira – “ampla e sociocultural” abrange os criadores, os mediadores e os receptores da cultura (por exemplo, os jornalistas, os escritores, os professores, os estudantes, etc.) articulados especificamente com uma época e um lugar. A segunda definição, “mais estreita”, é baseada na noção de engajamento – direto ou indireto, na vida da cidade. O engajamento direto refere-se àquele indivíduo que é um ator do jogo político; já o indireto caracteriza aqueles indivíduos que são conscientes de sua época, que divulgam, mesmo de forma passiva,



sua visão de mundo. Nesse sentido, ambos os modos de engajamento constituem uma forma de intervenção política na vida da cidade. Nesse caso, consideramos que as duas concepções se complementam.

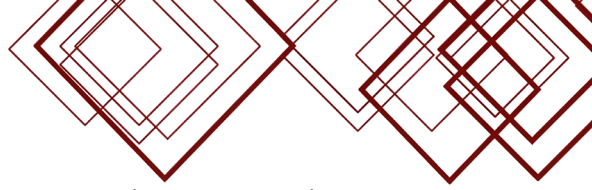
Para orientar teoricamente a construção de nossa problemática, também evidenciamos a posição acerca do intelectual, elaborada por Edward W. Said, em seu livro *Representações do intelectual*. O autor declara sua intenção de

(...) insistir no fato de o intelectual ser um indivíduo com um papel público na sociedade, que não pode ser reduzido simplesmente a um profissional sem rosto, um membro competente de uma classe, que só quer cuidar de suas coisas e de seus interesses. A questão central (...) é o fato de o intelectual ser um indivíduo dotado de uma vocação para representar, dar corpo e articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, uma filosofia ou opinião para (e também por) um público (Said, 2005, p. 25-26).

574

A simbiose privado/público na atuação do intelectual tem, na concepção de Said, uma evidência concreta. De acordo com o autor, o intelectual é alguém que representa e divulga determinados pontos de vista e que possui visibilidade no cenário político e/ou social (Said, 2005, p. 26-27). Nesse caso, é indispensável considerar que o intelectual se faz em um determinado contexto, e é a partir desse lugar que também se posiciona, em um processo de retroalimentação, em que é possível, recebendo dados novos, mudar sua resposta ou atuação.

A discussão sobre o que seja um intelectual remete naturalmente para a questão da sua importância, papel ou função social, o que quer dizer, também, avaliar o alcance de seu poder de persuasão e/ou divulgação e legitimação de ideias e práticas sociais (Said, 2005). São variadas as problematizações a respeito do protagonismo dos intelectuais sobre as condições sociais da sociedade de seu tempo, o que suscita



controvérsias e inclusive posturas anti-intelectuais, ou pelo menos, críticas contundentes à sua fala ou ao seu silêncio diante de determinados acontecimentos sociais, políticos ou econômicos.

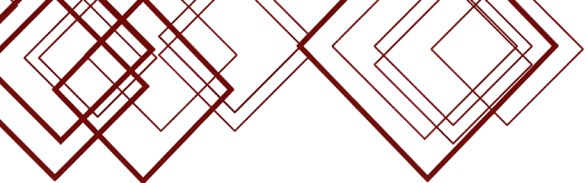
Nesse ponto, também cabe considerar que são muitas as verdades e os seus contrapontos, além do que cada intelectual ou cada indivíduo defende que seja verdadeiro, a partir do seu ponto de vista. “Falar a verdade ao poder”² como postura esperada do intelectual envolve um entendimento do que seria o poder ou um esclarecimento de quem o detém ou não.

O compromisso com a verdade (princípio e divisa de atuação do intelectual), de acordo com a discussão de Said (2005, p. 70-87), passa por vicissitudes próprias do meio e do contexto, sejam de ordem das pressões sociopolíticas, das tendências profissionais, das necessidades da sobrevivência, dos acordos tácitos entre instituições e/ou do mercado, do encolhimento do espaço de questionamentos. Entretanto, Said caracteriza o intelectual como uma figura à margem dos confortos, do privilégio e do poder, que não responde à lógica do convencional e sim ao risco da ousadia, à representação da mudança, ao movimento sem interrupção (Said, 2005, p. 86-87).

575

A preocupação manifesta por Edward W. Said em relação aos efeitos que o engajamento dos intelectuais pode ocasionar socialmente – transformação ou permanências – se coaduna, de certa forma, com as concepções de Sirinelli sobre os intelectuais e sua atuação. Isto é, a sociocultural e a política. Ambos questionam a responsabilidade do intelectual, em seu lugar e tempo, e nos fornecem chaves conceituais e metodológicas para uma reflexão a partir dessa temática. Estejam os intelectuais ocupando variadas frentes na sociedade como produtores

² Epígrafe que dá título a um capítulo do livro de Edward Said – *Representações do Intelectual* (2005, p. 89)



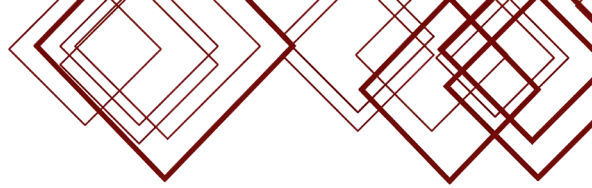
culturais, divulgadores de novas ideias e tradições, criadores de movimentos, sociedades e instituições (Altamirano, 2006), suas histórias e seus discursos devem ser levados em consideração, porque “dão acesso a uma decifração da história que não pode ser obtida por outros meios e porque proporcionam pontos de observação únicos sobre o passado” (Altamirano, 2007, p. 11).

É nessa perspectiva que utilizaremos a proposta metodológica de Sirinelli – que aponta a utilização das noções de itinerário, geração e sociabilidades, para investigar o engajamento político e intelectual do médico sanitарista brasileiro Mário Magalhães da Silveira. Essas categorias metodológicas não serão tomadas isoladamente, mas compõem o contexto em que se quer acompanhar a trajetória e inserção do sanitарista.

576 **Mário Magalhães da Silveira**³

A concepção de que “a melhoria das condições de saúde depende basicamente do aumento da energia oferecida à população” (Silveira, 2005, p. 88) foi defendida pelo sanitарista Mário Magalhães da Silveira por toda sua vida e trajetória profissional. Essa tese está ancorada nas disposições (e indisposições) médico-sanitárias das décadas de 1940/1950, mas também pode ser apreendida pela “primeira lembrança que o futuro sanitарista narrou aos amigos [foi] de quando tinha seis ou sete anos, durante uma das epidemias de gripe espanhola. Estava na sua casa em Maceió e foi espiar na janela, espreitar o que estava acontecendo lá fora. Viu passar uma carroça cheia de cadáveres vítimas da gripe espanhola. Ele contava que ficou com uma febre nervosa que

³ O pensamento desenvolvimentista e a trajetória do sanitарista também são discutidos por ARAÚJO, I. M. M. de; MORAIS, H. M. M. de. (2014); BORGES, Camila Furlaneti; BAPTISTA, Tatiana Wargas de Faria (2021); ESCOREL, Sarah. (2015); REIS, José Roberto Franco (2015).



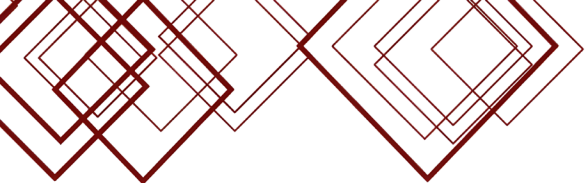
durou dias, em decorrência por ter visto a carroça cheia de cadáveres, com os cadáveres caindo...” (Escorel, 2000, p. 18)⁴.

Não há dúvidas sobre as influências – familiares, sociais, econômicas, da formação escolar e profissional, da religião ou da política – que pesam sobre os itinerários e trajetórias de qualquer indivíduo, seja o homem comum ou o que se distingue em seu meio e contexto. Nesse sentido, a trajetória de Mário Magalhães da Silveira aponta, então, seu lugar sociopolítico e de atuação como sanitarista. Nascido em 24 de abril de 1905, em Maceió, Alagoas, era filho de José Magalhães – jornalista e criador dos maiores jornais de Maceió – e de Dona Naná – mulher severa e enérgica que usava a palmatória para educar os dez filhos – seis homens e quatro mulheres. Mário foi o primeiro de quatro irmãos a se formar em medicina, na faculdade em Salvador. Na mesma época também entrou na faculdade e, na mesma turma, sua prima Nise de Silveira, que mais tarde se tornaria a respeitada psicanalista⁵. Mário

577

⁴ As referências sobre a vida e trajetória de Mário Magalhães da Silveira foram tomadas a partir da obra de ESCOREL, Sarah. *Saúde Pública: Utopia do Brasil*. Rio de Janeiro Relume-Dumará, 2000. No livro em questão, a pesquisadora traça o perfil e trajetória de três médicos brasileiros (Mário Magalhães da Silveira, Adão Pereira Nunes, Valério Konder), “nascidos nas primeiras décadas do século XX, pouco antes da criação do Partido Comunista do Brasil em 1922” (op. cit, p. 7); os três foram marcados pelo seu tempo e/ou por sua atuação profissional e militância política.

⁵ A trajetória profissional do casal não se confundia; cada qual tinha seu espaço, respeitosamente; não é comum encontrar obras biográficas sobre Nise de Silveira que vinculem os dois. De acordo com Sarah Escorel, somente no período da II Guerra Mundial é que “Mário e Nise decidiram oficializar o casamento. Depois de quase vinte anos vivendo juntos, Mário preocupou-se com a legalização da união porque em 1935 Nise tinha sido presa, cassada, perdera o emprego no hospital público e, portanto, não tinha estabilidade. Nessa ocasião Mário viajava muito, ia para Dacar – base aérea norte-americana – inspecionar os expurgos nas aeronaves para controle da malária e ficou com medo de ele morrer e Nise ficar sem herança em pensão. Por serem primos-irmãos nunca tiveram filhos por medo de uma degenerescência, como diziam eles” (Escorel, Sarah. *Saúde pública: uma utopia de Brasil*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2000. p. 60).



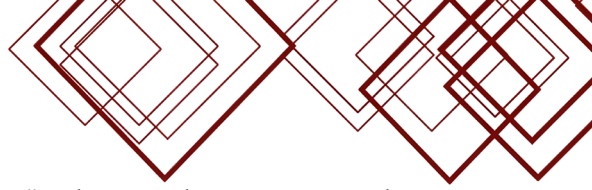
teria entrado com 14 anos e ela com 15 anos⁶. Durante a faculdade, entabularam um namoro e foram viver juntos, ambos se formando em 1925. No tempo de curso, Mário, seus irmãos e Nise conviviam com colegas que eram levemente socialistas e fortemente contra o integralismo (Escorel, 2000, p. 17-19).

Aos 20 anos, assim que formado, Mário viajou para o Rio de Janeiro. Em 1934, já cursara Saúde Pública em Manguinhos, era médico sanitarista, trabalhava em Posto de Higiene. Logo fez concurso para o cargo de médico sanitarista do Departamento Nacional de Saúde/DNS, integrante da estrutura do Ministério de Educação e Saúde Pública /MESP.

578

A intelectualidade do Rio de Janeiro, nos primeiros anos da década de 1930, estava dividida entre dois polos: um, conservador, da direita, liderado por Dom Sebastião Leme e Tristão de Athaíde, pseudônimo de Alceu de Amoroso Lima, e outro, de esquerda, liderado por Castro Rebelo, professor da faculdade de Direito. Segundo depoimento de Francisco (Chico) de Oliveira (*apud* Escorel, 2000, p. 44), Mário Magalhães e Nise da Silveira “foram muito militantes no Rio, fundaram revistas, editoras, eles foram muito ativos, conheciam a elite intelectual toda do Rio nos anos 20, 30, 40, conheciam todos... conheciam Oscar Niemeyer, conheciam Prestes, conheciam o senador Valério Konder...”. De Nise da Silveira sabe-se de sua filiação ao PCB – inclusive sendo presa –, mas não consta que Mário algum dia tenha se vinculado ao Partido, mesmo porque lhe tinha algumas discordâncias; não defendia a questão da reforma agrária e achava absurda a tese do partido sobre a burguesia nacional. Seu irmão Fausto Magalhães da Silveira relatou

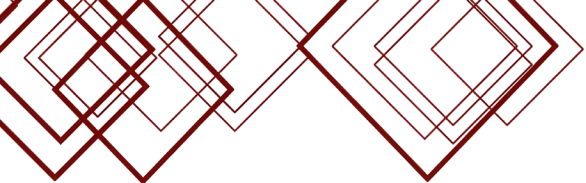
⁶ Segundo depoimento de Nise da Silveira a Ferreira Gullar (GULLAR, 1996, p.35), a questão da idade se resolvia por instâncias não convencionais, na Paraíba daquela época.



que Mário era muito respeitado, “inclusive pelos comunistas de grande prestígio, como um elemento do Partido, mas eu não posso dizer, porque ele nunca me disse que tivesse se filiado ao partido. Mário tinha discordâncias com o partido” (Fausto M. Silveira, *apud* Escorel, 2000, p. 78-79).

O sanitarista, pertencente aos quadros técnicos do DNS/MESP, seguia com interesse os debates sobre os rumos que a saúde pública tomava no conturbado período varguista. Criado em 1930, o MESP teve na gestão de Gustavo Capanema – de 1934 até o fim do Estado Novo – um marco decisivo no processo de construção institucional da saúde pública como política estatal. Uma reforma do MESP, implementada a partir de janeiro de 1937, além da mudança de nome (para Ministério da Educação e Saúde/MES) criou oito Delegacias Federais de Saúde Pública, os Serviços Nacionais de combate e erradicação das doenças e as Conferências Nacionais de Saúde. Na direção geral do Departamento Nacional de Saúde encontrava-se o médico João Barros Barreto com quem Mário Magalhães estabeleceria grandes polêmicas. De fato, a criação dos doze Serviços Nacionais de Saúde, em 1941, sob a supervisão do DNS, que acompanhava o trabalho desenvolvido nos Estados não facilitaria a interação prevista entre Estados e União, estabelecida como meta na I Conferência Nacional de Saúde/CNS, também realizada em 1941, pois os Serviços disputavam entre si a distinção e os recursos financeiros disponíveis. Na opinião de Mário Magalhães, a reforma do sistema de saúde pública, durante o Estado Novo, acabava com a autonomia dos Estados:

Os médicos de saúde pública iam para os Estados e ficavam como sátrapas, forçando a execução de um regulamento sanitário que não se adaptava de maneira nenhuma às necessidades do Brasil. (...) Nada mudava. Continuava tudo na mesma. Entra ano, sai ano. Alguns iam cansando. Eu fui um dos primeiros



a me cansar. Não era possível (Silveira, 2005, p. 78).

Nesse período, consolidou-se a separação entre a saúde pública e a assistência médica. A saúde pública, sob o comando do MES, destinava-se a controlar e erradicar doenças infectocontagiosas, endemias ou epidemias que atingiam a totalidade da comunidade nacional e não grupos populacionais mais específicos. Se por um lado a saúde passou a ter um papel crucial na constituição da nacionalidade, a saúde pública resistia a ser incorporada e a incorporar a assistência médica de caráter individualizado. Por esses dois aspectos, a saúde pública ganhou uma conotação política. A proposta de Capanema de reorganização do Departamento Nacional de Saúde sustentava-se no projeto mais geral do governo Vargas, que ideologicamente apontava a construção de uma nova nação (Hochman; Fonseca, 2000).

580

O novo modelo institucional da saúde pública exigia um novo tipo de médico, especializado em saúde pública ou higiene, que diferia da especialização médica em áreas clínicas. A formação desses “novos” profissionais era feita nos cursos de higiene e saúde pública oferecidos pelo Instituto Oswaldo Cruz (Manguinhos) e pela Faculdade de Medicina, pela formação nos Estados Unidos e também por treinamento em serviços. A posição crítica de Mário Magalhães da Silveira é destacada por Celso Arcoverde de Freitas (1998):

Com a lucidez que Deus lhe deu, Mário Magalhães já na década de 40 se insurgia contra certas idéias dos ‘novos turcos’, aqueles sanitaristas brasileiros formados na Universidade John Hopkins, que “de volta ao Brasil, procuravam aqui adotar o mesmo sistema de Saúde pública americano, pensando que assim resolveriam todos nossos problemas, sem considerar as variáveis do meio socioeconômico do Brasil” (Feitas, 1998, p. 117).

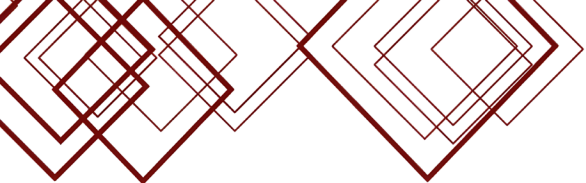


A partir da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, a influência norte-americana no sistema de atenção à saúde no Brasil se corporificou na criação do Serviço Especial de Saúde Pública/SESP, em 1942⁷. O modelo de assistência escolhido procedia dos EUA, sem inicialmente considerarem-se as diferenças locais. O novo órgão, além de autonomia dentro do MES, não disputava recursos, pois em função do convênio com os EUA, a provisão financeira já lhe era assegurada. Na década de 1950 e início da década de 1960, em artigos publicados nas revistas *Conjuntura Econômica*, da Fundação Getúlio Vargas, e *Desenvolvimento e Conjuntura*, editada pela Confederação Nacional da Indústria, Mário Magalhães fez duras críticas à organização dos serviços públicos de saúde, em geral, e ao SESP, em particular, que acreditava resumir muitos dos dilemas e má programação que para ele caracterizavam o panorama médico-sanitário nacional.

No texto, *Aspectos econômicos da luta contra a tuberculose*, datado provavelmente de agosto de 1946, o sanitarista enfatizava que, além dessa enfermidade, as verminoses e a malária provocavam mortes no Brasil, mas também se morria por falta de assistência médica, por ignorância, principalmente “de miséria e fome em conseqüência do grande atraso da economia nacional”. Concluindo o artigo, o médico reclama que a medicina preventiva e a técnica de saúde pública não podiam se sobrepor às condições econômicas e sociais dominantes, chamando a atenção para o fato de que medidas médico-sanitárias sem uma correspondente e adequada política de desenvolvimento seriam infrutíferas ao fim e ao cabo (Silveira, 2005, p. 61). Dizia Mário Magalhães:

581

7 O Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) foi uma agência de saúde pública criada por meio de um acordo bilateral entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos, em 1942, a partir dos chamados “Acordos de Washington”. A finalidade do SESP era sanar áreas de interesse econômico para o esforço de guerra dos aliados.



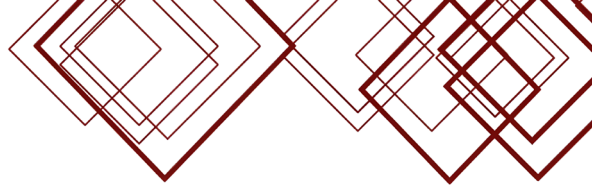
(...) O problema da saúde nos seus aspectos gerais, tão estreitamente condicionado ao complexo homem-meio, não pode ser encarado como tem sido, como problema isolado, e capaz de ser resolvido por medidas puramente sanitárias, visto que estas, a não ser em casos específicos e limitados, não agem sobre as verdadeiras causas de deteriorização da saúde: subalimentação, precárias condições de saneamento, inadequado regime de trabalho, baixo nível de educação e ausência dos mais primários elementos de conforto (Magalhães, *apud* Freitas, 1998, p. 118).

582 A oposição de Magalhães ao SESP, acompanhado por outros sanitaristas, indicava a existência de concepções diferentes sobre a questão da saúde e do desenvolvimento, entre médicos, sanitaristas e outros técnicos brasileiros, além dos representantes do mundo político: ao lado de Magalhães, aqueles que pensavam que a saúde pública estava ligada umbilicalmente ao desenvolvimento e que a melhora da saúde dependeria de melhoria da condição econômica e social; do outro lado, o SESP e aqueles que viam no atendimento médico-sanitário uma saída para o desenvolvimento. É exatamente essa naturalização do processo de desenvolvimento que Mário Magalhães recriminava:

A situação sanitária pode melhorar sem nenhuma alteração da situação social das pessoas (...) melhora-se o estado sanitário, mas a saúde das pessoas continua a mesma, porque elas continuam sem ter o que comer, dormindo mal, etc. Então não é a mesma coisa (Silveira, 2005, p. 89).

No Pós Segunda Grande Guerra, Mário Magalhães presenciaria o alinhamento Brasil/EUA, o fim do governo Vargas, a colocação do PCB na clandestinidade (1947), os alinhavos político-econômicos do período da Guerra Fria. Em 1952, Gunnar Myrdal⁸ divulgou sua tese sobre o círculo vicioso entre a doença e a pobreza: o pobre é doente porque é pobre e o doente é mais doente porque é pobre; Mário Magalhães ade-

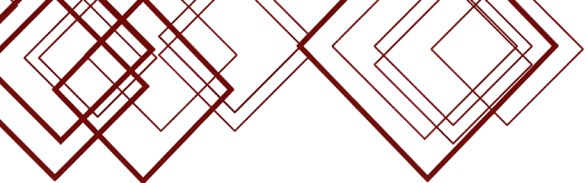
8 Economista socialista (Suécia)



riu à ideia, pois ela era relacionada com seu próprio pensamento de que a saúde era decorrente da economia. Sua insistente crítica aos planos de saúde, durante o governo Dutra, resultou na acusação de que era comunista. O sanitarista foi intimado várias vezes, chegou a ser detido, mas não respondeu a processos. Anos depois, o nome de Mário apareceria em uma lista dos comunistas do Ministério da Saúde. Ele dizia: “quem defende a idéia de que a saúde pública não é dada pelos médicos e sim pelo desenvolvimento econômico é considerado comunista” (Silveira, 2005, p. 86).

O debate sobre o melhor modelo de atenção à saúde ganhou novos elementos com as críticas realizadas ao SESP e com o debate médico-sanitarista sobre a criação de um Ministério da Saúde separado do MES. Por trás do debate de qual seria a melhor organização institucional existiam projetos políticos e de saúde diferentes. Esse debate começou em 1946, com a redemocratização do país e só foi concluído em 1953, com a criação do Ministério da Saúde (MS). O apartamento onde Mário e Nise da Silveira moravam funcionava como “aparelho”, local de permanente discussões, de formulação de propostas, de convívio e de dissenso sobre política em geral e de saúde. Segundo Fausto Silveira: “era um aparelho porque (...) aquilo funcionava de manhã até de noite... Não tinha dia certo para os sanitaristas se encontrarem no aparelho... Era frequentado por todo mundo... o Barros Barreto ia lá jantar com Mário, os ministros da saúde iam lá também.... Era uma agitação” (Fausto Magalhães da Silveira, *apud* Escorel, 2000, p. 80-81). O sanitarista era o líder das discussões:

Ele propunha coisas fundamentais que hoje em dia são consideradas triviais, mas que em 1945, 50 não eram (...) a literatura dos anos 40 e 50 da área de saúde pública era muito medicalizada. A idéia de que a saúde era uma coisa social era uma heresia, era rigorosamente uma heresia. Saúde era uma coisa que só

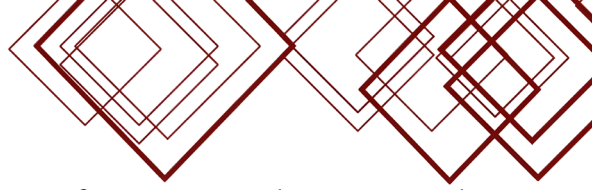


médico tratava e médico só falava com médico, era ridículo um médico escrever um artigo para leigos... era uma coisa sacralizada, de médico para médico, e a posição dele era exatamente oposta, era um tema social. Isso era muito inovador na década de 40, não era o trivial do pensamento. Não vou dizer que ele inventou porque não é isso, mas ele era realmente um paladino dessa maneira de pensar a saúde (Sérgio Góes *apud* Escorel, 2000, p. 79-80).

584

Durante o período Vargas, as duas reformas no ministério – a primeira mais geral e relacionada à estrutura do órgão; a segunda mais específica e direcionada para a saúde – deram origem ao arcabouço administrativo da saúde pública, que se manteve com poucas alterações até a criação do Ministério da Saúde, em 1953, e nos anos seguintes até 1960 (Hochman, 2001). No governo JK, a ideia do “sanitarismo desenvolvimentista”, sob a liderança de Mário Magalhães da Silveira, firmou-se e adquiriu estatuto de orientação do Ministério da Saúde até o golpe militar de 1964. Ainda em 1951, a mensagem de Vargas ao Congresso Nacional exprimiu os pensamentos de Mário Magalhães sobre a saúde pública: “a saúde do homem só melhora quando é possível, na realização dos trabalhos pesados, substituir a força muscular pela energia produzida pelos combustíveis sólidos, líquidos e gasosos”. Na mesma mensagem, Getúlio Vargas avaliava, sem muitos detalhes, que seria preciso revisar e adequar os investimentos e métodos instituídos até então. Mário Magalhães assim se expressou sobre a mensagem:

Tínhamos conseguido, pela primeira vez, que o Presidente da república aceitasse as teses muito em voga – [mas] o discurso é uma coisa e a prática é outra. Getúlio aceitou as nossas teses no discurso, mas as forças da inércia eram muito mais poderosas e tudo continuou na mesma, como continuaria até 1964... É o mesmo que o sujeito náufrago nadar, nadar e morrer na praia (Silveira, 2005, p. 88).

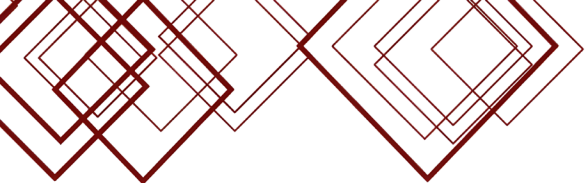


A transitoriedade de ministros foi uma marca do Ministério da Saúde até o golpe militar de 1964, confirmando ser peça de habitual barganha política. De 1953 a 1963, foram catorze ministros. Mário Magalhães foi o principal mentor do pensamento do sanitarismo desenvolvimentista, cuja ideia básica era de que o nível da saúde de uma população depende em primeiro lugar do grau de desenvolvimento econômico de um país ou região. Com a criação do MS, passou a colaborar diretamente com os ministros da pasta. Contou seu irmão Fausto Magalhães da Silveira:

Ele escreveu os discursos de vários ministros, do Pinotti, do Aramis Athaide... O Aramis e o [Wilson] Fadul tinham as mesmas idéias do Mário e seu grupo, o Pinotti também, apoiava todas as idéias, não tinha restrições (...) Todos eles freqüentavam o ‘aparelho’ de Mário. Para o Fadul o Mário só dizia as ideias, a redação final ficava por conta do próprio Fadul. Mas ele escreveu os discursos de Juscelino e também do [João] Goulart (Fausto Magalhães da Silveira apud Escorel, 2000, p. 96-97).

585

Nos anos finais da década de 1950, Mário Magalhães da Silveira também proferia palestras e cursos em espaços que o recebiam e convidavam, onde oportunamente divulgava suas ideias. Na CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina –, organismo das Nações Unidas, proferiu conferências sobre saúde, desenvolvimento e demografia. Também foi professor do ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros –, criado no Ministério da Educação e Cultura, em 1955, extinto em 1964, e lá conviveu com Hélio Jaguaribe, Roland Corbusier, Ignácio Rangel e Álvaro Vieira Pinto. A Escola Nacional de Saúde Pública, criada em 1958, também o recebeu como professor da disciplina – “Fundamentos Socioeconômicos” – no Curso Básico de Saúde Pública para Médicos. Em 1959, foi recrutado para ser assessor especial do economista Celso Furtado, que coordenaria a SUDENE – Superinten-



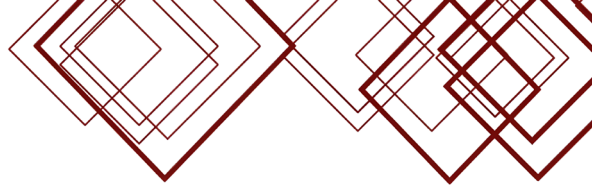
dência de Desenvolvimento do Nordeste. Para a SUDENE, também foi chamado o sociólogo Francisco de Oliveira⁹, que havia sido aluno de Mário nas conferências da CEPAL, em 1957.

A função dele era exatamente a seguinte: ele era um espírito permanentemente crítico, e a função dele era essa, era a crítica, ele não tinha especialmente nenhuma função burocrática, coisa que ele detestava. Ele conhecia bastante o Brasil por ter andado o Brasil todo, ele conhecia o Norte e o Nordeste na palma da mão. Não tinha nenhum trabalho específico ligado a ele, ele era uma espécie de crítico geral, assessorava, ele era uma espécie de ‘a coruja no fim da tarde’, ele tinha muita experiência, muita canha, e o Celso o consultava a respeito de tudo. (Francisco de Oliveira *apud* Escorel, 2000, p. 103-104).

586

O trabalho na SUDENE durou apenas dois anos, mas ficaram registradas as críticas implacáveis de Mário a projetos apresentados, a relatórios e quaisquer documentos que passavam por suas mãos antes de chegarem a Celso Furtado e os seus famosos almoços, dos quais participavam Furtado, Miguel Arraes – antes de ser eleito governador –, Chico de Oliveira e um ou outro convidado. Em um desses almoços em que um dos convidados bajulava Miguel Arraes, o comentário de Mário, registrado por um de seus sobrinhos é emblemático: “a coisa que eu acho mais feia do mundo é elogio de corpo presente”. Francisco de Oliveira narrou seu primeiro contato de trabalho na SUDENE com o influente assessor e qual não foi seu espanto quando viu seu relatório no lixo e recebeu a orientação de que precisava fazer de novo, que não havia entendido nada. Outro episódio que Chico de Oliveira gosta de lembrar é sobre a avaliação feita por Mario Magalhães da Silveira a um projeto de um empresário baiano para implantar uma indústria de leite em seu Estado. Opinou que o projeto não deveria ser financiado. O

⁹ Francisco de Oliveira, anos mais tarde, redigiria o clássico: *Economia brasileira: crítica à razão dualista* (1981).



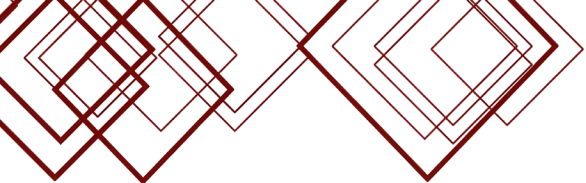
empresário quis saber o motivo. Mário respondeu que com o plantel de vacas disponíveis, o cálculo feito pelo empresário supunha uma produção de meio litro por vaca por ano, e concluiu: “na minha terra, até boi aperreado produz mais leite que suas vacas” (Escorel, 2000, p. 104-105).

O governo JK ficaria na memória dos brasileiros da época como os “anos dourados”, mas antes do fim do governo já existiam evidências da crise econômica: crescimento da dívida externa e da taxa de inflação e diminuição do poder aquisitivo dos salários. Nesse quadro, em 1961, Jânio Quadros foi eleito presidente. No seu curto tempo de governo, Jânio Quadros havia exigido a volta de todos os funcionários federais para seus locais de origem. Como vários outros funcionários públicos cedidos, Mário Magalhães, que estava em Recife, retornou ao Rio de Janeiro. Com a renúncia de Jânio Quadros – agosto de 1961 – o vice João Goulart assumiu a presidência.

587

O retorno de Mário Magalhães permitiria que o sanitarista deixasse sua marca na história da saúde pública do Brasil. De volta ao Ministério da Saúde, Mário Magalhães da Silveira reaproximou-se de seus antigos compartes – pela municipalização, contra o SESP, por uma estrutura permanente de serviços de saúde, contra as campanhas e programas verticais, pela relação entre economia e saúde. Como contou Fausto Silveira:

Mário era o maior crítico do SESP, era uma crítica tremenda... [discutia com] Henrique Maia Penido, depois com Pantoja, com o Aldo Villas Boas... (...) Mário era um espírito crítico violento. Não que eles fossem inimigos do Mário, mas não gostavam, tinham um verdadeiro horror! (Fausto Magalhães da Silveira *apud* Escorel, 2000, p. 116).



A corrente do pensamento sanitaria desenvolvimentista conseguiu subverter as bases do sanitismo tradicional “fincado” na Sociedade Brasileira de Higiene – SBH –, em 1962, com a eleição de Mário Magalhães da Silveira como seu presidente. Essa entidade reunia sanitaristas de todo o país e a disputa por modelos de saúde pública também nela se anunciava. Nessa época, a contenda com o “pessoal do SESP”, que estava na direção da SBH, se acirrou. O grupo de Mário Magalhães questionava desde o modelo de atenção à saúde adotado pelo SESP, até a formação dos funcionários e técnicos do SESP na Faculdade de Higiene e Saúde Pública de São Paulo, enquanto os sanitaristas do DNS formavam-se nos cursos de saúde pública do DNS de Manguinhos ou da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

588

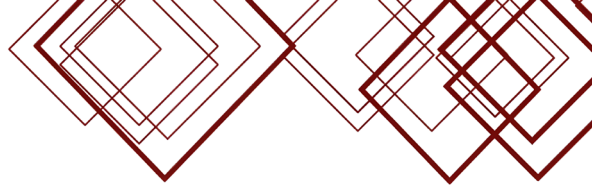
No XV Congresso de Higiene, que ocorreu em Recife em 1962, o Ministro da Saúde, Souto Maior, reconhecia o círculo vicioso da “pobreza e da doença”. Segundo depoimento de Francisco de Oliveira, foi Mário Magalhães quem redigiu o discurso do ministro e também do governador do estado de Pernambuco, na ocasião o usineiro Cid Sampaio (Escorel, 2000, p. 117).

Outra vitória do “grupo”¹⁰ foi a realização da III Conferência Nacional de Saúde¹¹, em 1963, na gestão do ministro Wilson Fadul.

Mário Magalhães se orgulhava muito de ter sido presidente da SBH nessa ocasião. Ele dizia: “eu gosto de influir” e era exatamente isso que acontecia naquele período, ele influía nas deci-

10 “Deste grupo viria a fazer parte também o médico da previdência social, Carlos Gentile de Melo, que, anos depois, durante a ditadura militar, teve enorme influência na propagação das ideias de transformação do Sistema Nacional de Saúde” (Escorel, 2000, p. 99).

11 Em lei de 1937, ficou definido a realização das Conferências Nacionais de Saúde a cada dois anos, mas somente duas foram realizadas desde então: a I CNS aconteceu em novembro de 1942 e a II CNS nove anos depois, em novembro e dezembro de 1950.



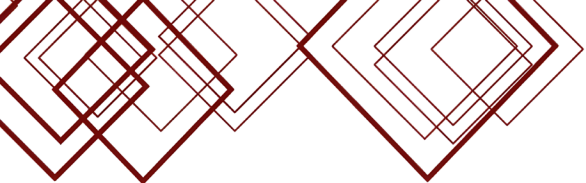
sões. Mário estava no poder, se relacionava com os ministros... ele era um intelectual orgânico, não creio que ele tenha lido Gramsci, mas ele tinha uma convicção de ser intelectual, que deveria influir, e adorou o período que ele assessorava o Fadul. Foi um momento importante, ele chegou lá... (Sérgio Góes *apud* Escorel, 2000, p. 117).

A III CNS foi realizada em dezembro de 1963, na cidade do Rio de Janeiro. Arnaldo Beiró de Miranda foi designado presidente e Mário Magalhães secretário geral da Conferência e membro da Comissão Organizadora. O presidente da República, João Goulart, na abertura da Conferência, utilizou-se da principal tese de Mário Magalhães:

(...) a Saúde, sabem os senhores mais do que eu, é um índice global, resultante de um conjunto de condições – boa alimentação, habitação higiênica, roupas adequadas, saudável regime de trabalho, educação, assistência médico-sanitária, diversões e ainda outros fatores que só podem ser conseguidos em consequência do desenvolvimento econômico da nação e da distribuição equitativa de suas riquezas (Goulart, 1963, p. 24).

589

Os anais da III CNS somente foram publicados em 1992 pela Fundação Municipal de Saúde de Niterói. São fortes as evidências de que boa parte do documento final tenha sido consolidado por Mário Magalhães ou alguém por ele orientado. Discussões sobre a distribuição e coordenação das atividades médico-sanitárias nos níveis federal, estadual e municipal e sobre a municipalização dos serviços da saúde seguiam o pensamento do seu grupo. Segundo Freitas (1998, p. 119), nessa Conferência Nacional de Saúde foram lançados os fundamentos da municipalização da saúde e da instituição do SUS/Sistema Único de Saúde. Dr. Fausto Magalhães declarou: “essa questão da municipalização da saúde, que centralizou os debates na Conferência, era um pensamento nosso de muitos anos... discutíamos há muito a possibilidade



da dinamização da saúde pública” (Fausto Magalhães da Silveira *apud* Escorel. 2000, p. 121).

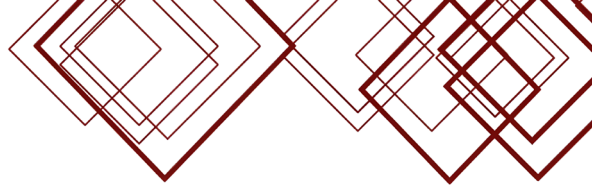
Mário Magalhães também participou da delegação brasileira, presidida pelo ministro da Saúde, Wilson Fadul, em março de 1964, da XVIII Assembleia Mundial da Saúde, em Helsinque/Finlândia. Ele mesmo narrou:

Levamos para lá as mesmas teses que defendíamos aqui. Foi uma batalha formidável: o diretor geral da OMS [o também médico brasileiro Marcolino Candau] e todos os sujeitos importantes ficaram contra a nossa declaração. Posta em votação nominal – fato curioso – nós ganhamos. (...) países ricos, cujas populações têm o direito de gozar saúde, votaram contra. O grande perigo e o que prejudicou muito o desenvolvimento sanitário dos países da América do Sul, foi a interferência nefasta das organizações internacionais, que sempre propuseram planos e programas para esses países gastassem inutilmente seus recursos (Silveira, 2005, p. 92).

590

Ao regressar de sua estada na Europa, Mário Magalhães da Silveira estava animado com a defesa do pensamento desenvolvimentista e municipalista, na Assembleia de Helsinque. Porém, com o golpe militar tudo mudou e, o novo governo imputou-lhe vários inquéritos, mas sem prendê-lo. Ele foi afastado do cargo de confiança que ocupava no Ministério da Saúde e das aulas na Escola Nacional de Saúde Pública. Junto com outras pessoas que tinham problemas ideológicos com o novo regime foi mandado para o Serviço Nacional de Tuberculose, que era dirigido pelo dr. Hélio Fraga.

Lotar Mário Magalhães no serviço do Hélio Fraga era garantir que uma pessoa mais afinada com o regime militar controlasse os passos, os gestos e o discurso do sanitarista. Mário Magalhães entrou na tuberculose pelos caminhos da revolução. Ele... para não ser cassado foi defendido pelo Hélio Fraga que assumiu um compromisso, junto às autoridades militares, de deixá-lo sob

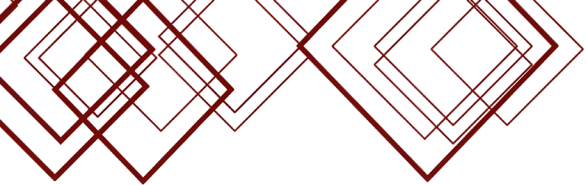


controle na Divisão Nacional de Tuberculose, que era onde o Hélio Fraga estava trabalhando. Então, ele ficou lá por isso. Era na verdade quase um exílio profissional por escolha. (...) isso aliás foi ele que preferiu, foi de isolá-lo dentro de um núcleo, onde ele era evidentemente minoritário. Onde as condições possíveis de proselitismo e discussão eram extremamente limitadas. Então, a idéia era... deixá-lo fora de circulação. Mário Magalhães foi sempre uma pessoa que se impunha. Nunca teve um pacto com qualquer coisa que pudesse ser considerada desabonadora. Diferente até de outras personagens da época que apesar de terem posições de esquerda às vezes tinham fatos que não eram tão abonadores... (Germano Gerhard, *apud* Escorel, 2000, p. 146-147).

Mesmo sob controle, depois de 1964, Mário Magalhães da Silveira participou como professor de cursos que eram oferecidos pela Associação Médica do Estado da Guanabara (AMEG/AMERJ), que congregava um grupo de médicos que “manteve sua luta pela categoria e pela saúde do povo durante todo o período da ditadura militar”. Desse grupo, destacaram-se: Samuel Pessoa, Mário Vítor de Assis Pacheco, Álvaro de Faria e Carlos Gentile de Mello (Escorel 2000, p. 149). Durante alguns anos, na década de 1970, trabalhou na Secretaria de Saúde do então Estado da Guanabara. Chegou a trabalhar em um posto de saúde em Mangaratiba (Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro). Depois foi trabalhar no departamento de estatística e epidemiologia. Lá atualizou vinte anos de estatística. Foi um dos primeiros a trabalhar com a mortalidade por causa.

591

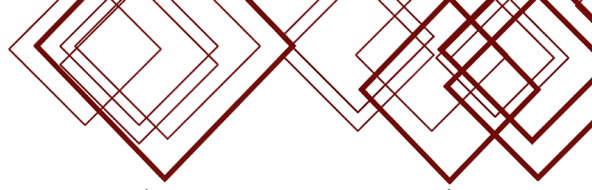
À mão fez tabelas, eu me lembro delas, (...) com caneta vermelha, caneta azul, provavelmente com uma máquina de calcular de manivela e botou em dia as estatísticas de mortalidade por causa no Estado do Rio. Ele mostrava na evolução da mortalidade desde a década de 20 a queda da mortalidade por doenças infecciosas, e o crescimento da mortalidade por doenças degenerativas. Aquilo era a essência do pensamento dele – olha como muda a saúde. Houve alguma mudança na medicina? Houve, mas isso não era o essencial... (Sérgio Góes *apud* Escorel, 2000, p. 153).



Em 1970, confirmando sua aversão a qualquer lisonja, Mário Magalhães recusou-se a ir a Brasília receber uma homenagem que lhe foi feita por João Goulart, em 1963, e somente concretizada com a anistia política. Isnard Teixeira e Celso Arcoverde foram receber a condecoração conferida ao sanitarista. “Quando os amigos voltaram e lhe entregaram a condecoração Mário a jogou na privada”. Na década de 1970, o apartamento em que ele e Nise moravam ainda era frequentado por amigos mais próximos – Chico de Oliveira, Eduardo Kerstesz (do IPEA), Sergio Goés, dentre outros – e seguidores, que gostavam de dizer que frequentavam o *salon* do Dr. Mário (a doutora Nise também tinha o seu *salon* frequentado pelos junguianos). Todos são unânimes em lembrar sua inteligência e integridade. Também ficaram marcadas sua veia crítica afinada e sua capacidade de discussão, seu gosto pelo debate, pelo desafio e pela desconstrução de falsas verdades, sua idiossincrasia.

Eles tinham dois apartamentos no mesmo prédio. Moravam em um deles, e no outro, era o centro de estudos da doutora Nise. Ela tinha seu séquito, o pessoal junguiano, as pessoas do Centro Psiquiátrico Pedro II, do Museu do Inconsciente, tinha um séquito permanente... O dr. Mário dizia “a Nise tem a maior raiva porque o meu *salon* é melhor do que o *salon* dela. Cada um tinha o seu *salon*. Nós que freqüentávamos o *salon* do doutor, o tínhamos como nosso mestre em saúde pública, em outras coisas também, mas principalmente em saúde pública. Isso era na década de 70. O Chico [de Oliveira] que eu encontrei várias vezes na casa dele, o Chico assim como eu éramos do *salon* do doutor Mário e nós sentíamos a maior honra de ser do *salon* dele, nós achávamos que o nosso *salon* era melhor que o da doutora. No *salon* dele só tinha homem, ele não tinha discí-pulas. Ele era muito machista, não era cafajeste, não tinha nada de cafajeste mas [para ele] havia uma evidente diferença entre homem e mulher, claro, com superioridade de homem. (Sergio Goés *apud* Escorel, 2000, p. 153-54).

Mário Magalhães não gostava de assinar seus escritos; de fato,

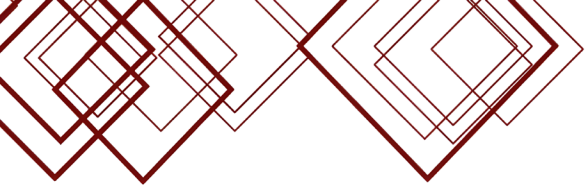


poucos textos de sua autoria foram assinados. Muitos comentam dos discursos de ministros e até de presidentes que teriam tido escritos pelo sanitarista. Essa situação difere da sua veemência oral, reconhecida, lembrada e citada em muitas ocasiões. Entre 1950 e 1960, escreveu na revista *Conjuntura Econômica*, publicada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), mas não assinava. “Teria sido nessa ocasião, segundo Chico de Oliveira, que Mário Magalhães e Celso Furtado se conheceram, pois o economista também era colaborador do mesmo periódico” (*apud* Escorel, 2000, p. 151). Colaborou também na revista *Desenvolvimento e Conjuntura* da Confederação Nacional da Indústria, durante os anos JK. Em 2005, as pesquisadoras Rebeca de Souza e Silva e Maria Graciele González de Morell organizaram, pela Editora Revan, o livro *Política nacional de saúde pública – A trindade desvelada: economia-saúde-população*. Nessa obra, encontram-se reunidos textos da autoria de Mário Magalhães da Silveira (1905-1986), cuidadosamente resgatados da sua dispersão. De acordo com as organizadoras, “o resgate de sua produção intelectual só foi possível graças ao dedicado empenho da Dra. Nise, sua companheira, que tratou de arquivar todos os textos de sua autoria” (Silveira, 2005, p. 11).

593

Em 1983, o sanitarista teve uma grave pneumonia e depois disso ficou enfraquecido. Morreu em 09 de setembro de 1986. A imagem sugerida por Sérgio Góes (*apud* Escorel, 2000, p. 158) dá uma medida da admiração, que mesmo não querendo, o sanitarista chamava para si:

Ele gostava de poder, ele tinha uma coisa de Maquiavel e o príncipe, ele devia ser Maquiavel, o modelo dele era Maquiavel (...) era disso que ele gostava, ele acreditava nas ideias, ele tinha a convicção do poder e do valor das ideias, ele tinha certeza de que estava certo, tinha muita fé no que dizia, ele era um homem de muitas poucas dúvidas... Ele sempre sabia, o que era melhor naquela situação. Quando os anos foram passando e ele permanecia à margem dos acontecimentos ele foi perdendo



o gosto de viver. Uma vez disse a Chico de Oliveira que ficou impressionado: “viver é influenciar e eu não influencio nada mais”.

A partir das considerações acima feitas sobre a trajetória de Mário Magalhães da Silveira, é possível retomar a definição de intelectual, que para Sirinelli, passa pela “questão de qualidade humana” (1996, p. 242). Adjetivos como íntegro, contundente, crítico, contestatário, coerente, combativo, generoso, são comuns nos depoimentos sobre sua pessoa e trajetória profissional. Sérgio Góes afirmava que a admiração pelo sanitarista fez com que vários de seus amigos (Celso Furtado, Francisco de Oliveira, Eduardo Kertesz) dessem o nome de Mário a seus filhos (Escorel, 2000, p.156).

Conclusão

594

Sirinelli faz referência a dois pontos de vista para delinear o termo intelectual: “uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os mediadores culturais”, e outra baseada “na noção de engajamento na vida da cidade como ator, testemunha ou consciência”, que traz em si possibilidades “dissonantes e polifônicas de representações” (Sirinelli, 2003, p. 242). Ao tomar por objeto ações profissionais e políticas assumidas e desenvolvidas pelo médico sanitarista Mário Magalhães da Silveira, considerado por seus contemporâneos, avaliamos que o sanitarista se encaixa nessas duas acepções: é um intelectual que mescla pensamento e ação política.

Se, como argumentam Sirinelli (2003), Altamirano (2006) ou Edward Said (2005), os intelectuais definem, em seu tempo, os termos do discurso público, os posicionamentos de Mário Magalhães da Silveira trouxeram essa contribuição, mesmo controversa. A historiografia

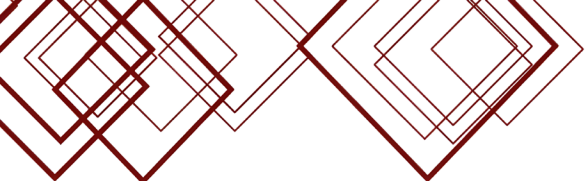


“sespiana”, por exemplo, partilha de um consenso sobre a atuação e metodologia daquele serviço (SESP), que se reflete na omissão do debate travado por Mário de Magalhães da Silveira, ou, simplesmente, diluindo sua participação efetiva nos debates acerca dos rumos da saúde pública no Brasil.

Não fica difícil, entretanto, identificar o seu engajamento. Pertencendo a uma geração de sanitaristas que pensavam a saúde pública, e através dela, o Brasil das décadas de 1930/1960, Mário Magalhães da Silveira alimentava o ideal de uma sociedade em que o povo brasileiro fosse saudável – e tivesse condições para isso – e foi protagonista de grandes mudanças ocorridas nesse campo.

Referências

- ALTAMIRANO, Carlos. Ideias para um programa de história Intelectual. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, São Paulo, v. 19, n. 1. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v-19n1/a01v19n1.pdf> Acesso em: 20 jun. 2024.
- ALTAMIRANO, Carlos. *Intelectuales*. Notas de Investigación. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2006.
- ALTAMIRANO, Carlos. Um mundo em crise. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, São Paulo, v. 21, n. 2 p. 11-34, nov. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v21-n2/v21n2a02.pdf> Acesso em: 13 jun. 2024.
- ARAÚJO, I. M. M. de; MORAIS, H. M. M. de. Diálogos entre Mário Magalhães e Josué de Castro: a questão ‘saúde e desenvolvimento’ nos anos 1950 e 1960. *Saeculum*, João Pessoa, n. 31, p. 237, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/-article/view/221> Acesso em: 3 set. 2024.



BLOCH, Marc. *Apologia da História ou Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORGES, Camila Furlaneti; BAPTISTA, Tatiana Wargas de Faria. Leituras sobre o sanitarismo desenvolvimentista e interpretações para a reforma sanitária brasileira e a saúde coletiva. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 28, n.1, p. 79-99, jan./mar. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/BSS-prKy6ryYdXr-GxyfpRxPC/> Acesso em: 03 set. 2024.

DOSSE, François. *La marche des idées*. Histoire des intellectuels, histoire intellectuelle. Paris: La Découverte, 2003.

SCOREL, Sarah. Mário Magalhães: Desenvolvimento é Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 8, p. 2453–2460, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/-a/wmqPb7M-bvN8KnZyFGq9tmsd/#> Acesso em: 30 maio 2024.

596 SCOREL, Sarah. *Saúde pública: uma utopia de Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

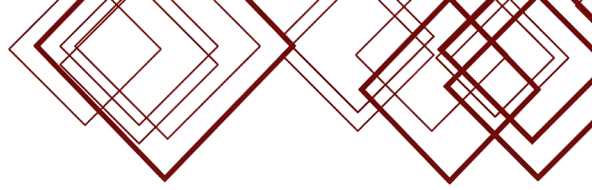
FREITAS, C. A. *Saúde no Brasil: nomes e fatos*. Recife: Bagaço, 1998.

GOULART, J. Discurso do Presidente da República na Sessão Inaugural. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, 4. 1963, Niterói. **Anais** [...] Niterói: CNS, 1963, p. 24.

GULLAR, Ferreira. *Nise da Silveira: uma psiquiatra rebelde*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

HOCHMAN, G.; FONSECA, C. A I Conferência de saúde: reformas, políticas e saúde pública em debate no Estado Novo. In: GOMES, A. C. (org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 173-193

HOCHMAN, Gilberto A saúde pública em tempos de Capanema: inovações e continuidades. 2001 In: BOMENY, Helena (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro:



FGV, 2001. p.127-151.

NORBERT, Elias. *Conocimiento y poder*. Madrid: Ediciones La Piqueta, 1994.

REIS, José Roberto Franco. Viver é influenciar: Mário Magalhães, sanitário desenvolvimentista e o campo intelectual da saúde pública (1940-1960). *Tempo Social*, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 279–304, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/9H9W-z-JmYtNCGGMF-nDHfTLPF/abstract/?lang=pt#> Acesso em: 30 maio 2024.

SAID, Edward W. *Representações do intelectual*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

SILVEIRA, Mário Magalhães da: *Política nacional de saúde pública: a trindade desvelada: economia, saúde, população*, Rio de Janeiro: Revan, 2005.

SIRINELLI, J. F. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996. 597